



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL**

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 03/2015

DATA DA VISITA: 21/10/2015

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO RIO SÃO FRANCISCO E ÀS NASCENTES

PROMOTOR DE JUSTIÇA DIRETOR: **Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa**

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data de designação no Centro de Apoio	07/02/2013
1.2 Atribuições	A Resolução n. 002/2002 - CPJ criou o Núcleo de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Rio São Francisco, com o objetivo de proteger e revitalizar o Rio São Francisco, tendo sido seu objeto de atuação ampliado pela Resolução nº 007/2011 – CPJ, que incluiu a tutela de todas as nascentes de Sergipe e modificou sua nomenclatura para Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes (art. 2º, V), reconfigurando suas atribuições para dar apoio operacional a todas as Promotorias de Justiça na tutela dos recursos hídricos e gestão florestal do Estado.
1.3 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim () Não (X)
1.4 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos 03 meses	Sim (X) Não () Em que unidade? 4ª. Promotoria dos Direitos do Cidadão de Aracaju, no período de 02 a 31/10/2015; 3ª. Promotoria de Justiça Cível de Aracaju, no período de 01 a 30/11/2015; Juizado Especial Criminal de Aracaju no período de 14/09/2015; 4ª. Vara Criminal de Aracaju no período de 08/10/2015.
1.5 Reside na Unidade de lotação	Sim (X) Não ()
1.6 Endereço Residencial	Aracaju/SE.
1.7 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim () Portaria de Autorização nº: _____ Data: Não (X)
1.8 Exerce o Magistério	Sim () Dados do Estabelecimento e carga horária: Não (X)
1.9 Férias/Licenças/Afastamentos	Período de férias do último ano: Janeiro e Julho/2015 Período de licenças do último ano: ----- Período de Afastamento do último ano: -----
1.10 Observações Gerais	As férias, licenças e afastamentos foram devidamente comunicados à Corregedoria Geral, cumprindo-se com o disposto no art. 104 da Lei Complementar 02/90, bem como nos arts. 1º e 2º da Orientação de Serviço nº 01/2009 – CGMP.

2) DADOS DO CAOP

2.1 Servidores	Nome: Anderson Estevam de Souza Leite Cargo: Analista – especialidade Direito Nome: André de Asevedo Siqueira Cargo: Técnico – área administrativa
2.2 A estrutura de apoio é	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatória <input type="checkbox"/> Insuficiente Observações:
2.3 As instalações do CAOP são adequadas e satisfatórias	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Observações:
2.4 Horário de Funcionamento do CAOP	07h - 14h
2.5 Dias/Horário de atendimento ao público	Segunda a sexta - 07h - 14h
2.6 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	30
2.7 Há registro dos atendimentos realizados	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>
2.8 A internet está funcionando a contento	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Observações:
2.9 A unidade realiza backup próprio	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Observações: back-up automático realizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação.
2.10 Com que periodicidade é realizado o backup	Diária <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Outra <input checked="" type="checkbox"/>
2.11 Livros/Pastas (físicas ou eletrônicas) existentes no CAOP	<input checked="" type="checkbox"/> Ofícios recebidos <input checked="" type="checkbox"/> Ofícios expedidos <input checked="" type="checkbox"/> Atos, avisos, instruções normativas, recomendações, portarias e outros normativos do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradoria Geral de Justiça, Corregedoria Geral e Coordenadoria Geral <input checked="" type="checkbox"/> Portarias de Procedimento Administrativo Preparatório e Inquérito Civil instaurados <input type="checkbox"/> Controle de atendimento ao público <input type="checkbox"/> TAC's homologados <input type="checkbox"/> Guias do Sistema Arquimedes <input type="checkbox"/> Autos de Prisão em Flagrante <input checked="" type="checkbox"/> Peças Processuais elaboradas na Promotoria <input type="checkbox"/> Eleitoral <input checked="" type="checkbox"/> Livro de carga/protocolo cópia de preenchimento dos formulários – sistemas do MP e CNMP <input type="checkbox"/> Idepol <input type="checkbox"/> CITT <input type="checkbox"/> Visitas a entidades de acolhimento <input type="checkbox"/> Visitas a Presídios <input type="checkbox"/> Visitas a unidades socioeducativas <input type="checkbox"/> Disque-100 <input type="checkbox"/> Outros. Especificar:
2.12 Equipamentos existentes no CAOP	quantidade de computadores (04) quantidade de impressoras (01)

	quantidade de scanners (01) quantidade de fax (--) outros equipamentos. Especificar:
2.13 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP	Arquimedes: Sim (X) Não () Proj: Sim (X) Não () CITT: Sim () Não () IDEPOL: Sim () Não () MP-Mobile: Sim (X) Não () Disque-100: Sim () Não () Unidades de Acolhimento: Sim () Não () Unidades Socioeducativas : Sim () Não () Delegacias de Polícia: Sim () Não ()

3) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

A Promotora de Justiça Dra. Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa informou:

- Projeto “Nascentes do São Francisco: o MP Salvando Rios” : 1º Lugar no Brasil no Edital da Agência Nacional de Águas (ANA).

O projeto “Nascentes do São Francisco: O MP Salvando Rios” elaborado pelo do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes (CAOpSFN) foi selecionado em 1º (Primeiro) Lugar no Brasil, dentre projetos inscritos em todo o país que tratam de conservação de água e de solo em bacias hidrográficas, para integrar o “Programa Produtor de Água” da Agência Nacional de Águas (ANA)”.

O “Programa Produtor de Água” prevê o apoio técnico e financeiro para o estabelecimento de arranjos que viabilizem o *pagamento por serviços ambientais* e o projeto “Nascentes do São Francisco: o MP Salvando Rios” foi selecionado após ampla concorrência nacional por meio do edital do *Chamamento Público n. 002/2014*.

Assim, o Município de Canindé do São Francisco receberá, por meio de repasse da ANA via Sistema de Gestão de Convênios e Contratos (SICONVI) do Governo federal, o valor de R\$ 700.000,00 para serem aplicados exclusivamente no projeto. Dentre as ações elegíveis estão o reflorestamento, a recuperação de nascentes e matas ciliares, a educação ambiental com a comunidade envolvida, o combate à erosão e assoreamento, além de outras atividades a serem realizadas no rio Curitiba, principal afluente do rio São Francisco no município de Canindé do São Francisco. Além disso, a ANA prestará apoio técnico ao projeto, treinando a equipe municipal responsável pelas ações ambientais locais.

- VII Encontro de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe (ENREHSE) – 2014.

O VII Encontro de Recursos Hídricos em Sergipe (VII ENREHSE) foi realizado nos auditórios do Centro de Convenções de Sergipe em Aracaju entre os dias 19 e 20 de março de 2014 e teve “Águas e Energia” como tema central, desenvolvendo a pauta de 2014 fixada pela ONU: “água e energia para um desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável”. A proposta foi mostrar como o uso dos recursos hídricos e a produção de energia são interdependentes, propondo uma gestão integrada inclusiva e sustentável. O evento foi dividido em palestras que trataram do impacto da matriz energética brasileira na gestão dos recursos hídricos, da necessidade de gerir sob a ótica dos usos múltiplos os reservatórios hidrelétricos, do uso do radar meteorológico na prevenção de eventos críticos e do programa produtor de água desenvolvido pela Agência Nacional de Águas (ANA), intercalando-as com sessões técnicas, as quais destinaram-se à apresentação de trabalhos científicos previamente inscritos e aprovados.

A palestra “Recursos Hídricos e a Matriz Energética Brasileira” abriu as discussões técnicas do evento, destacando que a hidroeletricidade é a melhor opção para a produção de energia no país em comparação com as demais fontes, desde que os empreendedores compreendam a necessidade de integrá-la às dimensões socioambientais. As sessões técnicas 1 e 2 concluíram o primeiro dia, destacando-se os trabalhos “Mapeamento dos pontos de alagamento do município de Aracaju/SE”, que georreferenciou os pontos de alagamento e indicou o mau dimensionamento dos sistemas de drenagem

e sua combinação com as redes de esgoto como as principais causa deste evento crítico, e “Metodologias de índices para análise da sustentabilidade em bacias hidrográficas”, que inventariou os indicadores de sustentabilidade de forma a aplicá-los à gestão de recursos hídricos.

O segundo dia foi introduzido pela palestra “Gestão de reservatórios hidrelétricos sob a ótica dos usos múltiplos” que alertou sobre a necessidade de os reservatórios hidrelétricos passarem a ser geridos interdimensionalmente, estabelecendo condições de operação que observem as vazões máximas e mínimas e suas variações, os usos múltiplos e as situações emergenciais. A manhã foi encerrada com a sessão técnica 3, destacando-se o trabalho “Avaliação dos efeitos mutagênicos de contaminantes na sub-bacia do Rio Siriri (SE), por meio do Teste SMART em asa de *Drosophila melanogaster*”, que atestou que os contaminantes presentes nas águas da Sub-Bacia do Rio Siriri estão afetando mutagênicamente e recombinogenicamente as “moscas da fruta”, ou seja, têm potenciais lesivos ao DNA, e o trabalho “Redução do consumo de água no Instituto Federal de Sergipe com uso de aparelhos hidrossanitários poupadores”, que demonstrou que medidas simples como correções de vazamentos e instalação de aparelhos hidrossanitários mais eficientes que custaram cerca de R\$ 800,00 geraram uma economia de R\$ 20.000,00 ao IFS entre 2011 e 2013 por causa da redução do uso de 4.500 m³ de água.

A tarde do segundo dia do VII ENREHSE foi iniciada com a palestra “Uso do Radar Meteorológico na Prevenção de Eventos Críticos” que destacou a eficiência do radar meteorológico, combinado com pluviômetros ou disdômetros, na prevenção de eventos críticos, tendo sido assinado no seu final um *termo de cooperação* entre a UFAL, a SEMARH, a ADEMA e a Petrobrás. Em seguida, a palestra “Programa Produtor de Água” expôs que a ANA desenvolve este programa com foco no estímulo à política de pagamento por serviços ambientais para a proteção dos recursos hídricos, apoiando, orientando e certificando projetos que visem a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, propiciando a melhoria da qualidade, a ampliação e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas de importância estratégica. A apresentação dos trabalhos sessão técnica 4 encerrou o VII ENREHSE.

Pode-se concluir, diante do exposto, que o referido evento trouxe reflexões acerca da necessidade de políticas e marcos regulatórios que reconheçam e integrem abordagens sociais, ambientais e econômicas nas gestões de água e energia, visando ao desenvolvimento sustentável e inclusivo, estimulando o uso múltiplo dos recursos hídricos sem sobreposição de interesses.

- 2º Workshop CAOps e Promotorias: executando o planejamento estratégico – 2014.

Nos dias 02 e 09/06/2014, o CAOpSFN compartilhou com membros e servidores do Ministério Público de Sergipe (MP/SE) o projeto “Implementando uma Rede de Meio Ambiente Ativa” no “2º Workshop CAOPs e Promotorias: executando o planejamento estratégico”.

O workshop foi uma parceria entre a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe (ESMP/SE) e o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico (CGPE). O objetivo foi sensibilizar os *promotores de justiça* a atuarem, em suas respectivas localidades, nos eixos do *planejamento estratégico* com o auxílio dos projetos desenvolvidos pelos Centros de Apoio Operacional.

- Encontro Nacional: a atuação do MP brasileiro no combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos (2014).

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou entre os dias 27 e 28/08/2014 em Salvador/BA um encontro nacional para tratar do uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil. Por meio de sua Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, o CNMP elaborou o projeto “Combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos” com o objetivo de fortalecer a unidade de atuação do Ministério Público brasileiro na defesa e na proteção do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável e da saúde do trabalhador e do consumidor.

No primeiro dia do evento, foram tratados diversos aspectos acerca dos malefícios causados pelo uso dos agrotóxicos. Já no segundo dia foram abordados aspectos técnicos e específicos do referido projeto e realizada a assinatura do Acordo de Resultados.

Pesquisas realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) mostram que o Brasil é, desde 2008, o país que mais consome agrotóxicos no mundo. Entretanto, tais substâncias causam uma série de problemas sociais, ambientais, econômicos e de saúde os quais são pouco explorados e combatidos.

- Programa Produtor de Água – Pagamento por Serviços Ambientais (2014).

A Agência Nacional de Águas (ANA) lançou o edital do *Chamamento Público n. 002/2014*, que visa selecionar projetos no âmbito do “Programa Produtor de Água”, e, com o objetivo de apresentar o referido programa e esclarecer dúvidas acerca do referido edital, foi realizada uma oficina no dia 01/09/2014 em Brasília no auditório Flávio Terra Barth da Agência Nacional de Águas (ANA).

No período da manhã, o especialista em recursos hídricos, Rossini Ferreira Matos Sena, explicou as bases do “Programa Produtor de Água” e, à tarde, os participantes puderam obter esclarecimentos sobre aspectos técnicos do edital para uma melhor adequação dos seus projetos.

O “Programa Produtor de Água”, de autoria da ANA, foi criado em 2001 com o foco no estímulo à política do *pagamento por serviços ambientais*. A iniciativa estimula práticas conservacionistas em propriedades rurais de forma a melhorar a qualidade da água e aumentar sua vazão, revitalizando as bacias hidrográficas. O Produtor de Água consiste em remunerar o produtor rural com valores proporcionais aos serviços ambientais prestados, além de oferecer assistência técnica para a recuperação ambiental da propriedade.

O edital do *Chamamento Público n. 002/2014* trouxe todo o arcabouço técnico e requisitos a serem seguidos pelos projetos.

- XXVI Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) - 2014.

A Lei n. 9.433/1997 instituiu a Política Nacional e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), definindo, de forma objetiva, que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da política e do sistema nacional de recursos hídricos, devendo sua gestão ser descentralizada com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Nesse sentido, o Decreto Presidencial de 05/06/2001 criou o CBHSF com 62 (sessenta e dois) membros de composição tripartite (usuários - 38,7% -, poder público - 32,2% -, sociedade civil - 25,8% - e comunidades tradicionais - 3,3%) com atribuições normativas, deliberativas e consultivas.

Desenvolvendo suas atribuições deliberativas, o CBHSF agenda plenárias ordinárias e, como os temas estão relacionadas à gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia do rio São Francisco, o Centro de Apoio ao rio São Francisco e Nascentes participa dessas reuniões.

Nos dias 20 e 21/11/2014 em Maceió/AL, o CBHSF realizou a XXVI Plenária Ordinária com o tema “Agonia do São Francisco: escassez de governança”. O evento tratou dos problemas existentes em todo o percurso do rio São Francisco”, tais como: os efeitos das mudanças climáticas, a crise hídrica e os usos múltiplos na citada bacia e os estudos sobre as vazões ambientais do baixo trecho do rio. Além disso, foram apresentados os resultados da *Fiscalização Preventiva Integrada (FPI)*, que é um projeto desenvolvido pelos Ministérios Públicos da Bahia (MPBA) e Alagoas (MPAL) com o objetivo de estimular os órgãos e entidades dos 03 (três) entes federativos a realizar o trabalho de fiscalização ambiental na bacia do rio São Francisco. Por fim, a “AGB Peixe Vivo”, agência executiva do CBHSF, realizou um balanço das ações e investimentos realizados e afirmou que até 2020 serão empreendidos cerca de R\$ 9 bilhões na universalização do abastecimento de água para as populações urbanas e rurais que vivem na região da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

No encerramento da Plenária, o presidente do CBHSF frisou a importância de os governos federal e estadual prestarem mais apoio aos comitês de bacia por ser o caminho legal e viável para encontrar alternativas para garantir o abastecimento humano.

- Seminário Produtor de Água (2015).

O “Seminário Produtor de Água” realizado no auditório Flávio Terra Barth da Agência Nacional de Águas (ANA) entre os dias 17 e 19/03/2015 teve o objetivo de apresentar ações e resultados dos 38 (trinta e oito) projetos em andamento no âmbito do *Programa Produtor de Água* e promover a integração e a troca de experiências entre os representantes e os parceiros, além da capacitação para novas iniciativas. O *Programa Produtor de Água* foi desenvolvido pela ANA com o objetivo de estimular políticas públicas voltadas ao pagamento por serviços ambientais (PSA) e proteger os recursos hídricos no Brasil, apoiando, orientando e certificando projetos que visem a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, propiciando a melhoria da qualidade, a ampliação e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas de importância estratégica para o País.

O evento foi dividido em 03 (três) eixos que se relacionam com cada um dos dias de trabalhos: projetos em andamento, informações importantes e visita de campo. Por sua vez, cada eixo foi dividido em temas desenvolvidos por mesas redondas seguidas de debates.

A *mesa redonda 1* apresentou os “resultados” dos projetos em andamento, sendo Devanir Garcia dos Santos (ANA) responsável por apresentar um panorama nacional do *Programa Produtor de Água* e José Bento da Rocha (ADASA/DF) e Paulo Henrique Pereira (Extrema), respectivamente, os representantes dos projetos da Bacia do Ribeirão Pipiripau e do Município de Extrema. Já a *mesa redonda 2* abordou “programas de monitoramento” que estão sendo desenvolvidos pelos projetos. O Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) apresentou “Tese sobre métodos de medição de qualidade de água em Extrema”, o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP expôs “Tese sobre Hidroclimatologia e Modelagem em Ribeirão das Posses”, a Escola de Engenharia de São Carlos da USP e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais exibiu o “Monitoramento de quantidade e qualidade de águas de superfície em bacias do Sistema Cantareira”, a EMBRAPA Meio Ambiente mostrou os programas de monitoramento hidrológico que adota no Brasil, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) externou suas ações em programas de extensão para conservação de estradas e dimensionamentos de bacias de captação de água, a EMBRAPA Cerrados apresentou 13 (treze) programas de monitoramento coordenados no Brasil, a *The Nature Conservancy Brasil* (TNC) apresentou os métodos com os quais está trabalhando em 10 (dez) projetos de produção de água no Brasil e, por fim, o Instituto Agrônomico de Campinas (IAC) exibiu .

O segundo dia foi introduzido com a *mesa redonda 3* sob o tema “parceiros”. A Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza expôs o Programa Oásis que visa à implantação de projetos de PSA, o CBH Guandu/TNC apresentou o seu sistema digital de mapeamento ambiental rural disponível em um portal na Internet e integrado com o SICAR, a Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriu (EMASA) exibiu seu trabalho de gestão de oferta de água mediante um projeto produtor de águas com recursos orçamentários próprios, a Fundação Banco do Brasil, em conjunto com o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), demonstrou o eixo “Água e Agricultura” do seu programa institucional “Água Brasil” desenvolvido em 07 (sete) bacias hidrográficas, o Banco do Brasil demonstrou sua linha de crédito no âmbito do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e o Ministério Público de Goiás (MPGO) apresentou o projeto desenvolvido no Ribeirão do João Leite, região metropolitana de Goiás.

A *mesa redonda 4* tratou sobre “relevantes informações sobre projetos”. A Caixa Econômica Federal (CEF) tratou sobre procedimentos administrativos e técnicos para os contratos de repasse, o representante do Programa Bunitas Uberlândia expôs sobre como elaborar projetos executivos no âmbito do *Programa Produtor de Água* e Rossini Ferreira Sena (ANA) apresentou metodologias para o desenvolvimento do *Programa Produtor de Água*, tais como a formação da Unidade de Gestão de Projeto (UGP) e a elaboração de editais, contratações, pagamentos, projetos individuais de propriedades e etc. Por fim, no último dia de evento, foi realizada visita de campo ao Projeto Produtor de Água da Bacia do Ribeirão Pipiripau.

- Evento “Nascentes do São Francisco”: Capacitação dos Conselhos Municipais Ambientais(2015).

No dia 20/03/2015, o CAOpSFN, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe (ESMP), discutiu a *Água* no auditório Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas. O curso foi dividido em dois momentos: o primeiro, aberto ao público, apresentou aos presentes o projeto “Nascentes do São Francisco: o MP Salvando rios”, ministrado pela diretora Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa, e o “Programa Produtor de Água” desenvolvido pela Agência Nacional de Águas (ANA), ministrado pelo especialista em recursos hídricos, Rossini Ferreira Matos Sena.

Já o segundo momento foi uma capacitação dos conselhos municipais ambientais que foram implantados por meio do projeto acima mencionado. A capacitação foi realizada por uma equipe da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/SE), parceira do projeto.

O Procurador-Geral do Ministério Público de Sergipe, Dr. José Rony Silva Almeida abriu o evento e ressaltou a importância do apoio da sociedade para o projeto avançar. “Só teremos resultado se a sociedade participar, o Ministério Público abre o caminho, idealiza, propõe e traz a discussão para dentro da sua casa, agora se as pessoas não ajudarem e não colaborarem nada disso funciona”, ressaltou.

Em seguida, o Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Olivier Ferreira Chagas, ratificou o compromisso do Governo do Estado de Sergipe com a preservação ambiental, afirmando que a preservação dos mananciais e aproveitamento da água é o nosso maior recurso natural.

Já o magnífico reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Ângelo Antonioli, fez o momento

de reflexão, abordando a crise de oferta de água para consumo humano e a importância das instituições articularem-se para que a sociedade seja beneficiada, ressaltando, neste último aspecto, a necessidade de extropecção das pesquisas e o papel que o Ministério Público vem fazendo nessa articulação entre as instituições, aproximando-as no debate e na luta em favor das águas.

- 52ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe (CBHSE) – 2015.

O CBHSE foi criado pela Resolução n. 002/2002 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH/SE) e oficializado pelo Decreto do Governo n. 20.778/2002 publicado no Diário Oficial do Estado n. 24.060 de 25/06/2002 com base na Lei n. 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), e na Lei Estadual n. 3.870/1997, que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Seguindo a linha gestão descentralizada com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades, o CBHSE é composto de 48 (quarenta e oito) membros entre titulares e suplentes com atribuições normativas, deliberativas e consultivas.

Desenvolvendo suas atribuições deliberativas, o CBHSE agenda plenárias ordinárias e, como os temas estão relacionadas à gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia do rio Sergipe, o Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes participa dessas reuniões.

No dia 10/03/2015, no Auditório da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (Codise) o CBHSE apresentou o relatório de atividades do ano de 2014 e foi discutido avanços e desafios a serem enfrentados visando melhorias para o rio Sergipe.

- Projeto “Coordenadoria e CAOps: parceiros do interior” - 2015.

1º Encontro: O projeto “Coordenadoria e CAOps: parceiros do interior” trata-se de uma linha de atuação desenvolvida pela Coordenadoria Geral do MP/SE para, em parceria com o Centro de Apoio Operacional, fomentar uma maior interação entre a Coordenadoria Geral, os CAOps e as unidades ministeriais do interior.

O projeto dividiu as unidades ministeriais do interior do Estado de Sergipe em 05 (cinco) microrregiões, tendo as sedes regionais como apoio para a realização dos encontros. Estes encontros contam com a presença de todos os diretores dos CAOps e dos promotores de justiça que atuam nas unidades ministeriais que integram cada microrregião. São expostos os projetos de cada CAOp e o eixo do *planejamento estratégico* desenvolvido, proporcionando a cada unidade ministerial a adesão por meio do promotor de justiça.

Em 31/03/2015, o 1º (primeiro) encontro aconteceu na sede regional de Itabaiana, que serviu de apoio à 1ª microrregião composta das unidades ministeriais de Campo do Brito, Frei Paulo, Malhador, Nossa Senhora das Dores, Poço Verde, Simão Dias, Tobias Barreto e Itabaiana.

O Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes apresentou o projeto “Implantando uma Rede de Meio Ambiente Ativa”, visando trabalhar o Eixo do Planejamento Estratégico que trata da Fiscalização da Gestão de Recursos Hídricos: Estruturação dos Órgão Ambientais.

As seguintes unidades ministeriais aderiram a este projeto: 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores, 1ª Promotoria de Justiça de Simão Dias e 1ª Promotoria de Justiça de Tobias Barreto.

No 2º Encontro: ocorrido no dia 19/05/2015, a sede de Aracaju sediou o 2º (segundo) encontro do projeto “Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior” para as unidades ministeriais da 2ª microrregião integrada pelas promotorias de justiça de Barra dos Coqueiros, Carmópolis, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo e São Cristóvão.

O CAOpSFN apresentou o mesmo projeto “Implantando uma Rede de Meio Ambiente Ativa”. E as seguintes unidades ministeriais aderiram: 1ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras e 2ª Promotoria de Justiça Distrital de Nossa Senhora do Socorro.

No 3º Encontro: ocorreu no dia 29/09/2015, na sede regional de Propriá sediou o 3º (terceiro) para as unidades ministeriais da 4ª microrregião integrada pelas promotorias de justiça de Aquidabã, Capela, Cedro de São João, Gararu, Japaratuba, Neópolis, Pacatuba e Propriá.

As Promotorias de Japarutuba e Gararu irão realizar Audiências com este CAOpSFN no mês de Novembro para implantação da Rede de Meio Ambiente Ativa Municipal.

- Projeto "MP Itinerante" –

+ Capela (2014)

No dia 21/03/2014, houve a disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes à Comunidade do Município de Capela.

+ Propriá (2014)

No dia 11/04/2014, houve a disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes à Comunidade do Município de Propriá.

+ Poço Redondo (2014)

No dia 16/05/2014, houve a disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes à Comunidade do Município de Poço Redondo.

+ Simão Dias (2014)

No dia 06/06/2014, houve a disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes à Comunidade do Município de Simão Dias.

+ Lagarto (2014)

No dia 18/07/2014, houve a disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes à Comunidade do Município de Lagarto.

+ Itabaianinha (2014)

No dia 22/08/2014, houve a disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes à Comunidade do Município de Itabaianinha.

+ Nossa Senhora das Dores (2014)

No dia 26/09/2014, houve a disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes à Comunidade do Município de Nossa Senhora das Dores.

+ Japarutuba (2015)

No dia 27/03/2015, houve a realização de mais uma edição do projeto "MP Itinerante", no qual diversos setores do órgão, dentre eles o CAOp SFN, buscaram ouvir as demandas da população do município de Japarutuba.

+ Poço Verde (2015)

No dia 24/04/2015, o CAOpSFN integrou a equipe do ônibus da cidadania, unidade móvel do MPSE, que desembarcou no povoado Xique-Xique, em Poço Verde, a fim de realiar sua missão institucional - tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos – mais próximo da população.

+ Porto da Folha (2015)

No dia 22/05/2015, houve a disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de

Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes à Comunidade do Município de Porto da Folha.

- Dentre os fatos noticiados, foram selecionados aqueles ligados à área de atuação do Centro, tendo este remetido às Promotorias de Justiça competente, por meio de ofício, além de ter sido colocado o CaopSFN à disposição para todo o apoio que fosse necessário ao colega membro do Ministério Público.

- 1ª Reunião Ordinária da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco (CCR do Baixo) de 2015.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) conta em sua estrutura com câmaras consultivas regionais (CCRs) para atuarem especificamente em cada uma de suas 04 (quatro) regiões fisiográficas. Para a região do baixo curso do rio São Francisco, atua a CCR do Baixo São Francisco (CCR do Baixo), que busca promover a articulação dos comitês de bacias dos rios afluentes, fortalecer a participação desses entes colegiados a partir da identificação das principais demandas regionais e articular e mobilizar os setores envolvidos com o processo de gestão da água da sua região, divulgando a situação da bacia, suas principais características e os problemas que a afetam com o objetivo de envolver e comprometer os segmentos da sociedade na gestão colegiada.

As demandas identificadas são encaminhadas à diretoria do CBHSF, que pauta a matéria para apreciação e deliberação do plenário quanto ao melhor encaminhamento a ser dado para as questões regionais. É válido ressaltar que, na maioria dos casos, o CCR do Baixo ouve previamente as análises das Câmaras Técnicas antes de deliberar sobre uma demanda apresentada.

Segundo a Deliberação n. 052/2010 - CBHSF, a CCR do Baixo é composta pelos membros titulares e suplentes que representam a região no CBHSF, além de um representante de cada um dos comitês de bacias afluentes e se reúnem, em caráter ordinário, pelo menos 03 (três) vezes ao ano.

No dia 28/04/2015 foi realizada a primeira reunião ordinária do CCR do Baixo do ano na Câmara de Vereadores do Município de Propriá. Não houve quórum para discussão e aprovação das matérias necessárias. Contudo, foram apresentados os resultados dos projetos de recuperação hidroambiental em andamento e participantes aproveitaram para questionar a forma de execução destes projetos, uma vez que o CBHSF adota exclusivamente a forma de contratação de empresas privadas mediante licitação. Foi colocado que a Lei n. 13.019/2014 permite a contratação de entidades do terceiro setor, além de haver possibilidade de firmarem-se convênios com os municípios.

Por fim, o coordenador do CCR do Baixo afirmou que o CBHSF está em tratativas avançadas para as universidades possam participar da execução e os membros discutiram o prazo de extensão do contrato da AGB Peixe Vivo.

- Capacitação no Cadastro Ambiental Rural – 2015.

No dia 07/05/2015 foi realizado no auditório da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Mineráveis de Sergipe (Codise) a capacitação de 75 (setenta e cinco) técnicos de municípios sergipanos no módulo de inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A iniciativa teve o objetivo de orientar os profissionais técnicos das prefeituras para que atuem como multiplicadores da informação e prestem assistência aos produtores rurais do Estado de Sergipe.

O CAR é um registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais realizado a fim de que, por meio da identificação das propriedades, viabilizar o planejamento ambiental, o monitoramento e o combate ao desmatamento. É um cadastro obrigatório, que deve ser feito pelos proprietários e posseiros de imóveis rurais.

- Oficina Setorial de Saneamento para elaboração do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) – 2015.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) iniciou no final de 2014 uma série de oficinas setoriais para atualização do Plano de Recursos Hídricos do Rio São Francisco. O plano de bacia hidrográfica é um instrumento regulamentado na Lei n. 9.433/1997 e serve como base para a incorporação consistente, dos aspectos ambientais para garantir os usos múltiplos da água de forma racional e sustentável em consonância com a gestão integrada e com as políticas de meio ambiente e de recursos hídricos, estabelecendo metas e ações de curto, médio e longo prazo.

No caso do São Francisco, a empresa contratada deverá incrementar os levantamentos e encaminhamentos já definidos e implementados pelo CBHSF no antigo – e ainda em vigência – plano decenal (2004-2013). Com recursos oriundos da cobrança pelo uso das águas, o CBHSF destinou aproximadamente R\$ 6,9 milhões para a elaboração deste “novo” plano, que deverá ficar pronto em até 18 meses.

O município de Canindé do São Francisco recebeu a Oficina de Saneamento Básico no dia 11/05/2015 no auditório do Hotel Águas do Velho Chico.

A oficina iniciou-se com 02 (duas) palestras sobre saneamento ambiental com exposição das estatísticas sobre os municípios que compõem o Baixo São Francisco sergipano. Após as palestras, foram formados grupos de trabalho que discutiram os 04 (quatro) eixos principais do saneamento ambiental: abastecimento, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem. Por fim, os grupos de trabalho apresentaram suas discussões em torno dos principais problemas, soluções capazes de solucionar estes problemas e os principais obstáculos para adoção das sugestões.

- XXVI Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) - 2015.

A “XXVII Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco” foi realizada no auditório do Quality Hottel em Petrolina/PE entre os dias 21 e 22 de maio de 2015 teve o objetivo de debater a crise hídrica que afeta a Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Foram aprofundadas as discussões sobre o agravamento da situação hídrica do país, como a seca no Nordeste e no Sudeste e a crise de abastecimento em grandes centros urbanos, e que atingem a bacia do São Francisco.

A plenária contou com apresentações das ações realizadas pelas 04 (quatro) Câmaras Consultivas Regionais (CCRs), análise do processo de atualização do Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio São Francisco, divulgação da 2ª (segunda) edição da campanha do Dia Nacional em Defesa do Velho Chico (3 de junho), debates sobre os efeitos da seca na Bacia Hidrográfica do São Francisco e ações de revitalização e os impactos ambientais provocados pelas variações de vazão do rio.

Depois da abertura oficial e da aprovação da *ata* da XXVI Plenária Ordinária, a *mesa redonda* intitulada “**Crise Hídrica: a difícil travessia de 2015**” iniciou as apresentações e debates. A mesa foi composta por representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Operador Nacional do Sistema (ONS) e a instituição “Articulação São Francisco Vivo”.

No segundo dia da plenária, a exposição “**Apresentação sobre a crise hídrica na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e a redução de vazões**” apresentada pela DIREX/CBHSF fez um relato da última reunião realizada na ANA convocada para discutir a solicitação apresentada pelo setor elétrico para reduzir a vazão do Velho Chico a partir das hidrelétricas de Sobradinho e Xingó e alertou a necessidade urgente de todos os segmentos da economia racionalizarem o consumo de água, porque este recurso natural não é suficiente para atender a demanda de todos e o cenário hídrico de 2015 é muito difícil. Após, a *mesa redonda* intitulada “**Ações de Revitalização na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco**” reportou-se a ações necessárias minimizar a crise hídrica registrada na região.

A mancha escura que recentemente se proliferou pelas águas do rio São Francisco ao longo de 30 (trinta) quilômetros de sua extensão também foi assunto discutido na XXVII Plenária Ordinária. Este tema foi incluído em pauta com base no art. 18, §2º, do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco que permite a inclusão de matéria urgente e relevante não constante da pauta no início dos trabalhos com aprovação de maioria absoluta. A relevância e urgência desta matéria estava fundada no *Laudo de Análise de Fitoplâncton* elaborado pelo “Laboratório de Taxonomia e Cologia do Fitoplâncton” ligado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Segundo o laudo, foram realizados 10 (dez) pontos de coleta neste mês, maio de 2015, e concluiu-se que os componentes biológicos responsáveis pelas manchas de coloração escura foram o *Ceratium hirundinella* e a Cyanobacteria (*CyUndrospermopsis raciborskii*). Causou preocupação a presença deste último componente biológico, porque é produtor de toxinas extremamente agressivas que podem causar problemas de saúde pública e danos ao meio ambiente.

- Elaboração e Ajuizamento da Ação Civil Pública: Mancha Negra do Rio São Francisco

Simultaneamente com o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo, a Promotoria do Consumidor de Aracaju e a Promotoria do Meio Ambiente de Aracaju, o Centro de Apoio Operacional de

Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes (CAOpSFN) ajuizou ação civil pública (ACP n. 201510300746) em face do Estado de Sergipe e da DESO, a fim de obter o monitoramento da água captada para abastecimento humano e a publicidade dos relatórios de qualidade da água, tendo em vista os riscos criados pela mancha negra detectada no rio São Francisco num trecho de 35 Km entre os municípios de Paulo Afonso (BA) e Delmiro Gouveia (AL).

- Apoio a Promotoria de Justiça de Itabaiana – Contaminação de Rio

Em conjunto com a 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, elaboração de *ação civil pública* em face de suinocultura sem *licença ambiental* e matadouro associado com 40 (quarenta) reses cujos resíduos afetam rio que cortam o imóvel rural.

Protocolizada a *petição inicial* em 06/05/2015 instruída com o *IC n. 48.14.01.0033*, formou-se o processo n. 201552000560. No dia 18/08/2015, a 1ª Vara Cível de Itabaiana concedeu liminar integralmente no seguinte sentido, *verbis*:

[...]

(...) Por tais motivos, DEFIRO o pedido de tutela antecipada e determino a interdição total e imediata da atividade de suinocultura, com a devida apreensão dos animais, mediante lacração da pocilga e recolhimento dos animais pela Secretaria Municipal de Agricultura, a qual deverá mantê-los em sua guarda em local ambientalmente adequado, até o julgamento final da presente demanda, sob pena de pagamento, em caso de descumprimento por parte do requerido, de multa diária correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser revertida, em momento próprio, ao Fundo Municipal do meio Ambiente, devendo ser comunicada à Secretaria Municipal de Agricultura, para fins de cumprimento da decisão e de fiscalização.

Outrossim, determino que o requerido elabore, em 06 (seis) meses, os projetos de controle de poluição ambiental acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), seguindo as seguintes diretrizes:

- a) Informações Cadastrais (razão social/nome, CNPJ/CPF, endereço), Fonte Abastecedora de Água – relacionar todas as fontes de abastecimento de água utilizadas pelo empreendimento; Corpo Receptor, Área em Hectares ou Tarefas, Características do Empreendimento e Ampliações Previstas;
- b) Informações sobre Efluentes Líquidos; Projeto Hidráulico do Tratamento de Efluentes líquidos;
- c) Controle de Vetores;
- d) Informações sobre os Resíduos Sólidos, Informações sobre Disposição Final, Tratamento Adotado e Memorial de Cálculo;
- e) Descrição Geral do Local no qual há disposição de dejetos no solo, com a caracterização do solo, descrição técnica da metodologia de disposição, justificativa do sistema proposto, monitoramento e análise da infiltração;
- f) Desenhos com informações cadastrais, com efluentes líquidos, com o projeto hidráulico do sistema de tratamento dos efluentes líquidos e com o projeto do sistema de tratamento dos resíduos sólidos;
- g) cronograma Provável de execução das Obras.

Cite-se o réu para, querendo, responder aos termos da inicial, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de revelia e confissão fática e intime-se acerca da presente decisão.

Citem-se a ADEMA e o Município de Itabaiana, para que querendo, na qualidade de litisconsortes facultativos, respondam ao termos da presente demanda.

Intime-se o Ministério Público, pessoalmente.

Fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais) a multa diária para o caso de descumprimento de qualquer das determinações acima contidas na medida, cujo valor será destinado ao Fundo Municipal do meio Ambiente.

Publique-se edital no DJ/SE dando conhecimento da presente Ação Civil Pública a fim de que os interessados possam intervir, nos moldes do art. 94, do CDC.

[...]

- Acompanhamento de visita da AGB Peixe Vivo e do CBHSF ao projeto-piloto “Nascentes do São Francisco: o MP Salvando Rios” em Canindé do São Francisco.

A “Peixe Vivo” é uma agência de bacia (AGB) dotada de personalidade jurídica própria, não integrante da Administração Pública Direta ou Indireta, e sem fins lucrativos que exerce atribuição de apoio administrativo, técnico e financeiro ao CBHSF por meio do *Contrato de Gestão n. 014/2010 - ANA*. Tudo está amparado pela Lei n. 9.433/1997, que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Provocado pelo Ofício n. 1225/2015 – CAOpSFN, o secretário do CBHSF, José Maciel Nunes Oliveira, e o diretor técnico da AGB Peixe Vivo, Alberto Simon Schwartzman, visitaram o projeto-piloto “Nascentes do São Francisco: o MP salvando rios” que se situa às margens do Rio Curitiba no Município de Canindé do São Francisco no dia 08/06/2015.

O objetivo da visita era dar subsídio às Câmaras Técnicas (CTs) e à Diretoria Técnica (DT) para apresentá-lo à Câmara Consultiva do Baixo São Francisco (CCR Baixo) que decidiria a contemplação do projeto-piloto “Nascentes do São Francisco: o MP salvando rios” no *Ato Convocatório n. 007/2015*.

No local, constataram que as mudas produzidas pela CODEVASF foram conduzidas a uma estufa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente para adaptação ao clima. No total, 4.500 (quatro mil e quinhentas) mudas estão em adaptação. Cem (100) mudas foram levadas ao Assentamento Mandacaru I para plantio em virtude da visita. Houve participação da comunidade e do INCRA.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente implantou um sistema de irrigação por gotejamento no local para que a seca não afetasse as mudas.

A Vice-Presidência do CBHSF, a Agência Executiva "Peixe Vivo" e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente conversou com a comunidade e tirou dúvidas.

- 2ª Reunião Ordinária da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco (CCR do Baixo) de 2015.

A CCR do Baixo realizou sua 2ª (segunda) reunião ordinária do ano de 2015 no dia 15/07/2015 na sede do Ministério Público de Sergipe (MPSE).

Os membros da CCR do Baixo discutiram sobre as formas de apoio do CBHSF aos eventos e ações realizadas apresentadas, o acompanhamento do andamento das obras de projetos e as informações sobre a mancha negra no rio São Francisco.

Ao final, ficou definido que a última reunião do CCR do Baixo no ano de 2015 será realizada no Município de Penedo/AL.

- Aprovação do projeto “Nascentes do São Francisco” para ser contemplado no projeto de “Recuperação Hidroambiental” desenvolvido pelo CBHSF - 2015.

Durante a realização da 2ª (segunda) reunião ordinária do ano de 2015 do CCR do Baixo, o projeto “Nascentes do São Francisco” foi contemplado para receber ações do projeto de “Recuperação Hidroambiental” desenvolvido pelo CBHSF. Os projetos de recuperação hidroambiental foi aprovado em novembro de 2011 pela Diretoria Colegiada (Direc) em conjunto com as Câmaras Técnicas (CTs) e a agência delegatária AGB Peixe Vivo com aplicação inicial de aproximadamente R\$ 20 milhões em 22 (vinte e dois) projetos prioritários.

As intervenções do projeto têm foco em micro ou pequenas bacias com o objetivo de controlar a erosão e proteger as nascentes, contribuindo, assim, para aumentar a quantidade e a qualidade da água. As principais intervenções incluem a construção de curvas de nível, paliçadas, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais, melhorias ecológicas nas estradas vicinais, recomposição vegetal, cercamento de nascentes e mobilização das comunidades em torno de iniciativas de educação ambiental.

- Oficina de Capacitação na Metodologia do Programa Água Doce (PAD) – 2015.

A “Oficina de Capacitação na Metodologia do Programa Água Doce” realizado no auditório da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE) entre os dias 06 e 07 de agosto de 2015 teve o objetivo de apresentar as ações e os resultados dos projetos em andamento no âmbito do *Programa Água Doce* em Sergipe e promover a capacitação em sua metodologia. O *Programa Água Doce* é resultante de um convênio do Governo Federal coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e da sociedade civil com a finalidade de implantar, recuperar e de gerir sistemas de dessalinização de águas subterrâneas sempre mantendo o caráter sustentável.

Houve a apresentação do PAD Nacional e do PAD Estadual, mostrando que a recuperação, a implantação e a gestão de dessalinizadores em 25 comunidades do semiárido sergipano por meio da execução do Convênio n. 7810/2011. Foram apresentados os diagnósticos socioambientais e os resultados técnicos obtidos em 33 (trinta e três) comunidades, as metas de implementação de um sistema de informação digital para gerir e tratar todas as informações obtidas durante a execução do programa, de execução das obras civis para suprir de instalações para funcionamento e manutenção dos sistemas de dessalinização, os componentes sustentabilidade ambiental, mobilização social e integração dos componentes e o cronograma de execução e logística de implantação e manutenção do sistema.

- 1º Encontro Estadual pelo Plano Municipal de Mata Atlântica (PMMA) – 2015.

No dia 04/08/2015, ocorreu em Aracaju/SE o 1º Encontro Estadual pelo Plano Municipal de Mata Atlântica no Auditório da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (Codise) e selou importantes compromissos pela regulamentação da proteção e uso da Mata Atlântica no Estado de Sergipe.

Houve a assinatura de *termo de cooperação* entre a Fundação SOS Mata Atlântica e o governo do estado do Estado de Sergipe para apoio técnico na elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica (PMMA) em 40 (quarenta) municípios.

Conforme previsto na Lei n. 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), os municípios que possuem remanescentes da Mata Atlântica devem assumir responsabilidades na recuperação e conservação desse bioma. Dentre os instrumentos legais previsto está o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) que reúne e normatiza os elementos necessários à proteção, conservação, recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica. De posse desse instrumento legal, o município passa a ter a possibilidade de acesso a recursos de compensação, fortalecimento e ferramentas para a gestão e planejamento ambiental e territorial.

A Fundação SOS Mata Atlântica presta apoio técnico aos municípios que tomam a iniciativa de elaborar seus PMMAs, tais como projetos de mobilização e capacitação, aprimoramento metodológico de elaboração e implementação, divulgação de materiais didáticos e etc.

Na mesma ocasião, o Município de Aracaju assinou *termo de cooperação* com a Fundação SOS Mata Atlântica para produção do seu PMMA e houve a exibição do documentário “A Lei da Água” e o proferimento de uma palestra sobre os Planos de Mata Atlântica.

- Seminário de Avaliação Final de Programas de Pesquisas em Políticas Públicas – 2015.

No dia 20/08/2015, foi realizado o “Seminário de Avaliação Final de Programas de Pesquisas em Políticas Públicas” no auditório da Sociedade Semear com objetivo de apresentar as pesquisas desenvolvidas em parceria com as secretarias estaduais. Foram apresentados cerca de 30 (trinta) projetos nas áreas de Educação, Saúde, Infraestrutura, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Econômico.

O presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) destacou a importância da divulgação dos resultados das pesquisas financiadas pelo “Programa de Apoio e Desenvolvimento de Políticas Públicas no estado de Sergipe” (NAPs) a partir de demandas das secretarias estaduais apresentadas em virtude de *termos de cooperação*.

- 53ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe (CBHSE) – 2015.

No dia 02/09/2015, o CBHSE realizou sua 53ª reunião ordinária na Câmara de Vereadores do Município de Itabaiana e contou com a participação do Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Olivier Ferreira Chagas, do Secretário Municipal de Agricultura de Itabaiana, Erotildes de Jesus, de Roberto Morais Oliveira Filho, vereador do Município de Aracaju, do representante do Fórum Estadual de Comitês, Luís Carlos Sousa Silva, de Rosa Cecília Lima Santos, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japarutuba, e de Luciana Floresta, presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Agreste (Aragreste).

O presidente do CBHSE apresentou a palestra “Comitê de bacias, o que é e o que faz?”, que faz parte de um projeto ligado à educação ambiental. Após, houve a apresentação da ação de coleta de embalagens de defensivos agrícolas que é realizado em parceria com a Emdagro e o Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos apresentou as ações previstas no “Projeto Águas de Sergipe” para o Município de Itabaiana.

- Curso online para elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – 2015.

O curso *online* para elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) conta com o apoio do projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica e da Fundação SOS Mata Atlântica.

O objetivo do curso é fomentar a elaboração dos PMMAs, que estão previsto na Lei n. 11.428/2006, ao capacitar o Poder Público, instituições de fomento e organizações da sociedade civil. Com isso, espera-se

contribuir para o fortalecimento da gestão ambiental local participativa e a efetivação da Lei da Mata Atlântica e, conseqüentemente, com aumento da sua cobertura da vegetal no Brasil.

4) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade?	(X) Sim
	() Não
4.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(quais):	
<p>a) Nascentes do São Francisco: o MP Salvando Rios.</p> <p>b) Implantação de uma Rede de Meio Ambiente Ativa.</p> <p>c) Fiscalização Preventiva Integrada (FPI).</p> <p>d) Apoio e Acompanhamento do CAR (Cadastro Ambiental Rural) no Estado de Sergipe</p>	
4.3) Observações gerais/Justificativa	
<p>a) <u>Nascentes do São Francisco: o MP Salvando Rios.</u></p> <p>O Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes (CAOpSFN) idealizou o "Projeto Nascentes do São Francisco: o MP Salvando Rios" para efetivar o eixo "fiscalização da gestão florestal e gestão de recursos hídricos" do Planejamento Estratégico Plurianual 2011-2015.</p> <p>O projeto tem como objetivo a tutela dos recursos hídricos, através da recuperação e preservação das áreas de preservação permanente (APPs) e áreas de reserva legal (ARLs) nas propriedades rurais do Estado de Sergipe (art. 3º, II, Novo Código Florestal), seguindo a linha do pagamento por serviços ambientais.</p> <p>Trata-se de uma iniciativa destinada a fomentar uma política pública permanente nos municípios sergipanos para, em conjunto com a sociedade civil(proprietários rurais e suas respectivas famílias) realizar a gestão solidária e harmônica das florestas e recursos hídricos nos termos do art. 225, <i>caput</i>, da CRFB/88. Para tanto, conta com a parceria de vários órgãos em atividades de reflorestamento, educação ambiental, estudos sócio ambientais, capacitação técnica dos Técnicos agrícolas municipais etc, como UFS, SEMARH, EMDAGRO, SERGIPETEC, CODEVASF, CHESF, INCRA, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, ANA.</p> <p>O foco inicial são os municípios sergipanos integrantes do Baixo São Francisco, sendo a cidade de Canindé do São Francisco o local para implantação e desenvolvimento do projeto-piloto, cujo modelo servirá para replicação, dando prioridade aos cursos d'água destinados a abastecimento.</p> <p>O projeto-piloto desenvolvido no Município de Canindé do São Francisco obteve a aprovação em 1º (primeiro) lugar no edital de <i>Chamada Pública n. 002/2014</i> da Agência Nacional de Águas (ANA), sendo certificado como um produtor de água e logrou êxito em ser aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) para ações de recuperação hidroambiental.</p> <p>Visando a expansão do projeto, tratativas foram iniciadas com a ANA para a descentralização do "Programa Produtor de Águas" no Estado de Sergipe. Para isso, reuniões foram realizadas para a confecção de minuta de <i>convênio</i> a ser firmado entre a FAPITEC e a SEMARH/SE com o objetivo de introduzir os professores da UFS e seus alunos nos estudos e monitoramento das bacias hidrográficas e de minuta de <i>termo de cooperação técnica</i> entre a ANA e a SEMARH/SE. Fazendo parte desta nova estratégia, o CAOpSFN participou do "Seminário Produtor de Água" promovido pela ANA em Brasília-DF nos dias 17, 18 e 19 de março de 2015.</p>	

b) Implantação de uma Rede de Meio Ambiente Ativa.

O art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) dispõe que o Poder Público tem o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, incluindo o controle da produção, da comercialização e do emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco e a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública (art. 225, §1º, V e VI, CRFB/1988).

Criado pela Lei n. 6.938/81, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é formado por órgãos e entidades da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no Brasil, tendo como objetivo estabelecer um conjunto articulado e descentralizado de ações para a gestão ambiental no País, integrando e harmonizando regras e práticas específicas.

A Lei Estadual n. 5.858/06 criou o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) com o objetivo de coordenar as ações e atividades dos órgãos e entidades responsáveis pela preservação, proteção, defesa e melhoria do meio ambiente. O SISEMA tem como alguns de seus órgãos integrantes o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) e os órgãos ligados à execução de ações ou atividades de política ambiental, uma vez que a sua atuação deve ser efetivada através de articulação coordenada dos órgãos e entidades que a integram.

De acordo com o art. 11, III, da Lei Estadual 2.181/78, compete ao CEMA aprovar atos normativos relativos ao meio ambiente. Nesse sentido, a Resolução/CEMA n. 002/2005, considerando a necessidade de integrar os municípios na articulação e formalização da gestão ambiental dotar e dotá-los de meios técnico-administrativos adequados, autorizou o Estado de Sergipe, por meio da SEMARH e da ADEMA, a firmar convênio de cooperação técnica e administrativa com Municípios dotados de Sistema Municipal do Meio Ambiente (Fundo Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Meio Ambiente, servidores municipais ou à disposição com competência e habilitação para a fiscalização ambiental e legislação própria de política ambiental).

Noutro passo, o art. 129, III e §1º, da CRFB/88 atribui legitimidade ao Ministério Público para a defesa do meio ambiente, dando a possibilidade de exercer outras funções compatíveis com esta finalidade desde que atrelada ao efetivo respeito aos Poderes Públicos (art. 129, II e IX, CRFB/88).

Assim, visando cumprir a CRFB/1988, as exigências das políticas nacionais e estaduais do meio ambiente, bem como um dos eixos do *Planejamento Estratégico Plurianual 2011-2015* do MPSE que prevê 'a busca da estruturação dos órgãos ambientais, a fim de que possam cumprir sua destinação constitucional', este Centro de Apoio vem atuando juntamente com as Promotorias de Justiça do interior, a fim de que os municípios sergipanos implementem uma rede de meio ambiente ativa constituída por, no mínimo, Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA) e Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA).

Quanto aos resultados, é importante destacar que dos 28 (vinte e oito) municípios do Baixo São Francisco, apenas 05 (cinco) possuíam Lei do Conselho de Meio Ambientei (Canindé do São Francisco, Japarutuba, Malhada dos Bois, Pirambu e Propriá) mas sem implementação, sendo que em Canindé e Propriá, a legislação apresentava irregularidades, o que foi sanado em Audiências realizadas pelo Centro de Apoio em conjunto com a Promotorias de Justiça e em apenas 01 (um) Município existia Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Após, o desenvolvimento dos trabalhos do projeto, o resultado obtido até a presente data foi a realização juntamente com as Promotorias de Justiça do interior de 19 (dezenove) Termos de Ajustes de Condutas para integral implantação da rede, por Lei e suas respectiva implementação, além de acompanhamento de implantação por este Caop, conforme demonstrativo a seguir, no qual se verifica que a maioria da legislação são de 2014:

MUNICÍPIOS	LEI CMMA	LEI FMMA	IMPLEMENTAÇÃO CMMA	IMPLEMENTAÇÃO FMMA
AQUIDABÃ	Lei n. 09/2014	Lei n. 15/2014	Decreto n. 03/2015	Decreto n. 071/2015
CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	Lei n. 199/2007, alterada pela Lei n. 11/2013	Lei n. 24/2013	Decreto n. 60/2014	
CAPELA	Lei n. 245/2007 alterada pela Lei n. 403/2014	Lei n. 402/2014	Decreto n. 56/2014	Decreto n. 089/2015
CEDRO DE SÃO JOÃO	Lei n. 143/2014	Lei n. 149/2014	Decreto n. 057/2014	
FEIRA NOVA	Lei n. 449/2014	Lei n. 451/2014	Decreto n. 006/2015	
ITABAIANA	Lei n. 1.267/2007, alterada pela Lei n. 1.378/09	Lei n. 1.409/2010	Decreto n. 093/2013	
JAPARATUBA	Lei n. 392/2007	Lei n. 587/2014	Decreto n. 448/2014	<u>OBS:</u> Administrado pela Secretaria do Meio Ambiente, tendo por gestor e ordenador o Secretário do Meio Ambiente (Art. 25 da Lei 587/2914)
MALHADA DOS BOIS	Lei n. 97/2013	Lei n. 98/2013	Decreto n. 088/2014	
NEÓPOLIS	Lei n. 940/2014	Lei n. 940/2014	Decreto n. 150/2014	<u>Obs.:</u> Secretário de Meio Ambiente e CMMA (Art. 21, XXIV, Lei n. 940/2014)
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	Lei n. 896/2014	Lei n. 895/2014	Decreto n. 969/2015	Decreto n. 1206/2015
PROPRIÁ	Lei n. 522/2011, alterada pela Lei n. 690/2014	Lei n. 523/2011	Decreto n. 152/2014 Decreto n. 229/2014 Decreto n. 169/2015 Decreto n. 181/2014	

			Decreto n. 229/2014 Decreto n. 170/2015	
TELHA	Lei nº 148/2014	Lei nº 156/2014	Decreto n. 004/2015	
AMPARO DO SÃO FRANCISCO	Lei n. 251/2014	Lei n. 265/2015		
BREJO GRANDE	Lei n. 97/2014	Lei n. 98/2014		
GARARU	Lei n. 591/2014	Lei n. 590/2014		O fundo será gerido pela Secretária do Meio Ambiente, sendo a aplicação dos recursos competência do CMMA (Art. 30º da Lei nº 590/2014)
GRACCHO CARDOSO	Lei n. 226/2014	Lei n. 218/2014	Edital de Convocação n. 001/2015	
ILHA DAS FLORES	Lei n. 26/2014	Lei n. 01/2015		Secretário do Meio Ambiente (Art. 2º, § 4º da Lei nº 01/2015)
ITABI	Lei n. 176/2008	Lei n. 176/2008	processo de eleição	processo de eleição
JAPOATÃ	Lei n. 380/2014	Lei n. 386/2014	Nomeados	<u>Obs:</u> Administrado pela Secretária do Meio Ambiente, observadas as diretrizes do CMMA (art.4º da Lei 386)
PACATUBA	Lei n. 118/2009	Lei n. 119/2009	Decreto n. 629/2015	<u>Obs.:</u> Secretário de Meio Ambiente (Art. 2º, §4º)
POÇO REDONDO	Lei n. 363/2014	Lei n. 354/2103		
SANTANA DO SÃO FRANCISCO	Lei n. 192/2014	Na Câmara de Vereadores para votação		
SÃO FRANCISCO	Lei n. 329/2014	Lei n. 330/2014		
NOSSA SENHORA DE	Lei nº 008/2005	Lei nº 008/2005		

LOURDES				
PORTO DA FOLHA	Projeto de Lei n. 036/2014	Projeto de Lei n. 037/2014		
PIRAMBU	Lei n. 006/2001			
MONTE ALEGRE	Projeto de Lei nº 10/2014	Projeto de Lei nº 11/2014		
CANHOBA*				
MURIBECA*				

***Foram oficiadas as Promotorias de Justiça das referidas cidades para implantação**

Este Centro de Apoio também promoveu a Capacitação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente no dia 20/03/2015 numa parceria com a SEMARH/SE. O objetivo foi capacitar os membros do CMMA acerca de suas funções ordinárias e extraordinárias, visando a gestão ambiental e de recursos hídricos. Participaram também Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais do interior do Estado, notadamente, do Baixo São Francisco.

Registre-se que, por solicitação deste Centro de Apoio, uma Equipe da Semarh encontra-se percorrendo o interior realizando as primeiras reuniões com os Municípios que nunca possuíram CMMAs a fim de que a Rede de Meio Ambiente Ativa realmente funcione.

c) Fiscalização Preventiva Integrada (FPI).

A FPI é um programa que busca diagnosticar a situação do meio ambiente na Bacia, identificando as não conformidades com a legislação ambiental, a partir do olhar interdisciplinar, compreendendo a complexidade dos problemas detectados, e, ao mesmo tempo, adotando-se medidas administrativas, civis e criminais para correção das inconformidades verificadas.

O Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes (CAOpSFN) está em contato com os Ministérios Públicos de Alagoas (MPAL) e Bahia (MPBA) com o objetivo de participar *in loco* das *Fiscalizações Preventivas Integradas* (FPI) realizadas pelos referidos órgãos e obter os conhecimentos necessários para a sua implementação no Estado de Sergipe, focando a efetivação do eixo "fiscalização do exercício do poder de polícia" do Planejamento Estratégico, tendo sido solicitado ao Procurador Geral autorização para acompanhamento do referido projeto no interior de Alagoas para Novembro/2015, o que não foi possível ser atendido por contenção de despesas deste MP/SE.

d) Apoio e Acompanhamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Sergipe.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico de todos os imóveis rurais do Brasil com a finalidade de mapear informações sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs), as Áreas de Reserva Legal (ARLs), os fragmentos de florestas, os remanescentes de vegetação nativa, as Áreas de Uso Restrito e as áreas consolidadas.

Criado pela Lei n. 12.651/2012 – o novo Código Florestal – no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), o CAR é uma base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa e para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/SE) é o órgão seccional do Estado de Sergipe responsável pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental que integra o SISNAMA. Por isso, tem a SEMARH/SE a atribuição de operar a nível estadual o sistema eletrônico destinado ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais: o SICAR (Sistema de Cadastro Ambiental Rural). Respaldo pelo art. 3º, §2º, do Decreto n. 7.830/2012, o referido órgão utiliza o módulo cadastro ambiental rural

disponível no SICAR por meio de termo de cooperação técnica firmado com o MMA no dia 28/11/2012 na abertura da reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em Brasília/DF.

Tendo em vista que o objetivo básico do projeto "Nascentes do São Francisco: o MP salvando Rios" é recuperar e preservar as APPs e as ARLs nas propriedades rurais do Estado de Sergipe com o objetivo de proteger os recursos hídricos (art. 3º, II, Novo Código Florestal), o CAR é uma ferramenta primordial para a sua execução. Segundo o Diagnóstico Florestal de Sergipe de 2014, somente 13% do território sergipano possui cobertura vegetal e o Estado de Sergipe possui um universo de mais de 100.000 (cem mil) imóveis rurais.

Levando em consideração a importância do CAR para o projeto "Nascentes do São Francisco: o MP salvando Rios" e para a Política Nacional de Meio Ambiente (art. 9º, VII, Lei n. 6.938/1981), o Ministério Público de Sergipe (MPSE), por meio do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes (CAOpSFN) está em parceria com a SEMARH/SE para fomentar a inscrição do maior número possível de imóveis rurais sergipanos no CAR.

Deve-se destacar, por fim, que, com a edição do novo Código Florestal, tornou-se obrigatória a inscrição de todas as propriedades e posses rurais no CAR e, de acordo com a Instrução Normativa (IN) n. 02/14 e a Portaria n. 100/2015, ambas do MMA, o proprietário ou possuidor rural deve providenciar seu cadastro até o dia 05/05/2016, sob pena de não poder usufruir de alguns direitos assegurados pelo novo Código Florestal.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

Foi informado pela Promotora de Justiça que havia dificuldades na implementação dos Projetos:

- O fato de o Baixo São Francisco ser constituído de municípios pobres, o que dificulta a instituição do pagamento por serviços ambientais que é extremamente importante para que o projeto se torne uma política pública de longo prazo e se conserve o que se plantou;
- O fato de o Projeto Nascentes do São Francisco ser multidisciplinar e depender de muitas outras áreas de conhecimento e atividades de outros órgãos para que tenha pleno desenvolvimento;
- Inexistência de engenheiros ambientais e florestais nos quadros do MP/SE, como existem em outros Ministérios Públicos para propositura e acompanhamento da execução dos Projetos.

6) CONCLUSÕES DA CORREGEDORIA GERAL

Os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público de Sergipe foram criados através da Resolução CPJ nº 007/2011, como órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, exercendo atribuições em todo o Estado, sendo coordenados e supervisionados pela Coordenadoria Geral.

Não é atribuição dos Centros de Apoio Operacional o exercício de atividades de órgão de execução nem de expedição de atos normativos, podendo, todavia, propor, em conjunto com os órgãos locais de execução, por solicitação destes, as medidas cabíveis, cíveis ou criminais, judiciais ou administrativas, principais, acessórias ou cautelares.

Compete, primordialmente, aos CAOP's estimular a integração e intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns, inclusive para efeito de atuação conjunta.

A Promotora Diretora juntou aos autos de inspeção (fls. 22/81) cópias de ações civis públicas ajuizadas em conjunto com a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Aracaju.

Verificou-se que o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes estava atuando de forma proativa, sendo informado pelo Diretora os diversos Projetos desenvolvidos.

Quanto à dificuldade reportada pela Promotora Diretora sobre a falta de recursos humanos na área de Engenharia Ambiental/Florestal, a Corregedoria Geral informa que, considerando que falece atribuição a este órgão correicional para lotação de Servidores, o presente relatório será encaminhado, para conhecimento, ao Procurador Geral de Justiça.

Como observação final, registra-se que o desempenho da Promotora Diretora do Centro de Apoio foi bem avaliado, juntamente com seus auxiliares, com iniciativas que visam a otimizar a defesa dos recursos hídricos e gestão florestal do Estado de Sergipe.

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste relatório para conhecimento da Promotora de Justiça interessada, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual 02/90, art. 8º do Ato nº 04/90 – PGJ – CGMP, do art. 5º, parágrafo único, da Resolução nº. 43, de 16/05/2009 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Aracaju, 28 de outubro de 2015

Josenias França do Nascimento
Corregedor Geral do Ministério Público